

Resposta à recensão de Joaquim Aguiar «O discurso do eleitorado»

A recensão crítica de Joaquim Aguiar a três livros sobre comportamento eleitoral e atitudes políticas permite colocar em debate algumas das opções metodológicas seguidas no projecto do ICS intitulado «Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses» e também realçar o alcance e as limitações dos estudos que são levados a cabo nesta área da ciência política. Nessa medida, irei comentar tanto as observações de cariz metodológico global que o autor refere como as que são especificamente dedicadas ao terceiro livro que Joaquim Aguiar recenseia, nomeadamente *Portugal a Votos — As Eleições Legislativas de 2002*, de que fui organizadora e autora.

A principal crítica que Aguiar faz é metodológica, e é uma crítica dirigida a todo o projecto, nomeadamente aos estudos eleitorais feitos com recurso a dados individuais, isto é, a inquéritos por amostragem representativos da população. Esta crítica fundamental tem várias dimensões, que Aguiar vai elencando ao longo do seu texto. Para efeitos de resposta, penso que será útil nomeá-las, se não todas, pelo menos aquelas que me parecem mais relevantes: em primeiro lugar, este tipos de estudos individuais não conseguem, segundo Aguiar, captar o eleitorado enquanto entidade — focam-se as árvores, não se vê a floresta. Os estudos agregados são propostos, assim, como alternativa em várias partes do texto. Em segundo lugar, os inquéritos *de per si* têm sérias limitações, porque se alicerçam em percepções de um eleitorado muitas vezes ignorante da «política real» ou da «política profunda» e não se baseiam na política tal como ela «é». Em terceiro lugar, os modelos de comportamento eleitoral utilizados na formulação dos questionários aplicados nos inquéritos à população e testados nos vários capítulos estão ultrapassados, além de serem desadequados ao caso português. Em quarto lugar, estes estudos de cariz individual são alheios ao que Aguiar chama as estruturas da política

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

portuguesa, que condicionam muito os cálculos dos votantes e que os modelos de comportamento eleitoral não contemplam.

Tendo em vista este rol interessante de críticas, irei analisar caso a caso cada uma delas. No final tentarei ainda dar resposta a dois outros pontos, porventura menores, que Aguiar refere, nomeadamente o facto de a escolha das eleições de 2002 ser um equívoco e o facto de o livro *Portugal a Votos* encerrar muitas perplexidades, em lugar de conclusões definitivas.

O ELEITORADO DO PONTO DE VISTA INDIVIDUAL VS. O ELEITORADO ENQUANTO ENTIDADE

Segundo Aguiar, os estudos eleitorais de cariz individual não conseguem captar, muito menos explicar, o eleitorado enquanto entidade. Ao fazermos essa escolha metodológica, estamos a optar pelo estudo das motivações individuais de cada um, em vez da análise global, das movimentações gerais do eleitorado, que não se podem inferir a partir de estudos individuais. Ora o grande alcance dos estudos que utilizam inquéritos representativos é permitirem exactamente isso. Eles permitem uma análise, seja dos indivíduos, seja de grupos, mas também, e de forma cabal, das tendências gerais, das grandes movimentações do eleitorado.

É bem verdade que o livro *Portugal a Votos* é um retrato do eleitorado português no momento das eleições legislativas antecipadas de 2002. Nessa medida, é um livro que não oferece uma perspectiva longitudinal que permita contextualizar as escolhas que são feitas pelo eleitorado em 2002. No entanto, Joaquim Aguiar parece estar a confundir limitações de recursos do projecto, essas bem reais, com limitações metodológicas, que, como irei explicar, são inexistentes, pelo menos no que respeita à possibilidade de analisar mudanças a longo prazo. É precisamente este tipo de estudos que consegue reproduzir aquilo a que Aguiar chama «o discurso do eleitorado». Segundo este, o eleitorado emite frases de eleição em eleição, mas a possibilidade da existência de um discurso do eleitorado depende da capacidade de preencher esses intervalos.

Os estudos eleitorais individuais são úteis para «preencher estes intervalos» se forem constituídos estudos de painel representativos da população. É fundamental que haja continuidade temporal, seja de eleição em eleição, seja no período intereleitoral, seja no período de campanha. Isto é, de resto, o que acontece nos países onde os estudos eleitorais têm mais tradição e estão mais consolidados¹. O estudo isolado feito em Portugal em 2002 não

¹ O estudo eleitoral britânico é, na Europa, o projecto mais antigo e consolidado de estudo das eleições, tendo começado em 1962. Na última eleição de 2005 foram realizados três inquéritos a um painel com 3500 inquiridos. O primeiro ocorreu no período pré-eleitoral, o

corresponde a mais do que uma auscultação, é certo, e por isso não tem pretensões longitudinais, mas nem por isso os estudos individuais podem ser criticados por não poderem ser longitudinais.

Mas não é apenas o recurso a painéis que permite o estudo longitudinal. Essa capacidade deve-se essencialmente ao desenvolvimento teórico ocorrido em relação ao comportamento de voto. A primeira abordagem metodológica foi a de Colúmbia, representada nas obras de Lazarsfeld *et al.* e de Berelson². Nestes estudos, que não eram, contudo, nacionais, era dada uma grande importância ao contexto social e político em que o indivíduo tomava as suas decisões. Já no modelo de comportamento eleitoral de Michigan, ou sócio-psicológico, publicado primeiro no livro *The American Voter*³, introduziu-se alguma inovação intelectual. Em particular, foi elaborado um funil de causalidade do voto que combinava a importância de factores de longo prazo (a estrutura sócio-económica, o contexto político, as clivagens sociais e a identificação partidária) e factores de curto prazo (a simpatia pelos líderes, o desempenho do governo e da economia, a campanha política). Neste funil de causalidade de voto, a identificação partidária é o factor que funciona como intermediário entre os outros factores de longo e os de curto prazo⁴. No caso britânico, por exemplo, a aplicação do modelo de Michigan, a partir dos anos 60, utilizando inquéritos nacionais e painéis intereleitorais, permitiu verificar que os factores de longo prazo eram mais importantes do que os de curto prazo na determinação do voto⁵.

O *Portugal a Votos* inseriu-se num projecto generosamente financiado por entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. Tenhamos, no entanto, em consideração que, dos poucos inquéritos que haviam sido aplicados anteriormente no Portugal democrático, nenhum deles tinha ocorrido depois de umas eleições. Nessa medida, as questões colocadas nesses inquéritos mais antigos sobre o comportamento de voto têm um intervalo de tempo que torna a fiabilidade das respostas menor do que num contexto pós-eleitoral. Tendo em conta que não havia pontos de amostra anteriores equivalentes, este estudo, enquanto estudo pioneiro que foi, não poderia de facto

segundo no período pós-eleitoral e o terceiro um ano após a eleição. Além disso, as amostras no País de Gales e na Escócia foram reforçadas para se poder depois estudar essas regiões com amostras representativas. Para esta informação, v. *site* do *British Election Study* www.essex.ac.uk/bes/.

² Lazarsfeld *et al.* (1944), *The People's Choice*, Nova Iorque, Columbia University Press; B. Berelson *et al.* (1954), *Voting*, Chicago, University of Chicago Press.

³ A. Campbell, P. Converse, W. Miller e D. Stokes (1960), *The American Voter*, Chicago, University of Chicago Press.

⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 25.

⁵ J. Curtice (2003), *Pesquisar e Estudar Mudança Eleitoral na Grã Bretanha*, n.º 167, vol. xxxviii, p. 515.

ser longitudinal. E, além disso, limitações financeiras impediram que se realizasse um estudo de painel. Em contrapartida, o estudo enquadrou-se de raiz na rede internacional do *Comparative Studies of Election Systems*. Ou seja, embora o projecto não fosse longitudinal, ele foi de raiz comparativo e essa qualidade permite compreender a importância das instituições e do contexto social na determinação das escolhas eleitorais, como iremos ver adiante.

Por contraposição aos estudos individuais, Joaquim Aguiar sugere a utilidade de estudos agregados, que poderiam dar um panorama mais geral do contexto do voto. O estudo do comportamento de voto através de análises ecológicas é feito relacionando dados agregados sobre unidades geográficas, nomeadamente dados a nível de freguesia, concelho ou distrito, com indicadores recolhidos pelas instituições nacionais estatísticas. Em Portugal, os estudos de geografia eleitoral de Jorge Gaspar e Isabel André⁶ foram pioneiros a esse nível e formaram, sem dúvida, um ponto de partida interessante para estudos posteriores. Mas este tipo de estudos sofre de duas limitações sérias. Uma é a chamada falácia ecológica, aliás reconhecida por Joaquim Aguiar. Esta falácia⁷ consiste em assumir que relações que se detectam entre grupos são válidas para os indivíduos desses grupos. O que se verifica muitas vezes é que essa correlação não é sustentada a nível individual, porque existem variadíssimas combinações a nível individual que podem produzir o mesmo valor agregado. Robinson fundamenta a sua análise fazendo uma comparação entre a taxa de indivíduos negros e a taxa de iliteracia nos Estados. O valor da correlação de Pearson entre estes dois indicadores é de 0,946, enquanto o valor de uma correlação a nível individual mostra que, afinal, a correlação é de 0,203⁸.

A outra limitação dos estudos agregados é que esses estudos estão excessivamente dependentes dos indicadores recolhidos pelos institutos de estatística que operam a nível nacional. Os investigadores do comportamento eleitoral estão restringidos a correlacionarem os dados agregados sobre o comportamento de voto com os dados disponíveis sobre a unidade geográfica em questão, que podem ser reduzidos e são indicadores sociológicos objectivos, como sejam o género, a idade, a educação, o rendimento, a ocupação profissional. Ora, sabendo nós que a volatilidade eleitoral existe, isto é, que o comportamento de voto varia bastante de eleição para eleição, e que, pelo contrário, os factores sociológicos acima variam pouco, é evidente que este modelo, aliás utilizado antes dos modelos de Colúmbia e de Michigan,

⁶ J. Gaspar e I. André (1990), *Geografia Eleitoral — Colectânea de Artigos*, Lisboa, CEG Lisboa.

⁷ W. S. Robinson, «Ecological correlations and the behaviour of individuals», in *American Sociological Review*, xv, Junho de 1950, pp. 351-357.

⁸ Id., *ibid.*, p. 5.

é relativamente pouco esclarecedor quanto às escolhas eleitorais, bem como quanto à explicação da mudança eleitoral.

Assim, as limitações do nosso estudo, que são reais, prendem-se essencialmente com o seu carácter pioneiro e os recursos financeiros, e não com limitações de análise longitudinal, que o método individual comporta, pelo menos na sua capacidade de auscultação do eleitorado e da compreensão da mudança desse mesmo eleitorado ao longo do tempo. Estas limitações não devem obscurecer os méritos da investigação. De facto, nem por isso o estudo deixa de ser extremamente frutífero na sua capacidade de levantar o véu sobre motivações e comportamentos eleitorais nunca antes estudados em Portugal.

O ELEITORADO SERÁ UM PONTO DE PARTIDA FIÁVEL PARA A ANÁLISE DA POLÍTICA REAL?

Joaquim Aguiar revela grandes reservas em relação à utilidade dos inquéritos individuais, na medida em que as respostas são essencialmente racionalizações *post hoc* que reflectem construções imaginárias dos inquiridos. Diz Aguiar que a «metodologia dos inquéritos se fixa nas imagens e nos discursos normativos e ignora a realidade efectiva das coisas com que a política opera». Mas o facto de os inquéritos se basearem em percepções do eleitorado não é uma fragilidade destes, bem pelo contrário. A realidade política das atitudes e dos comportamentos políticos não deriva directamente da realidade objectiva da política, mas da forma com esta é filtrada pelas percepções dos indivíduos. Para esse efeito, os inquéritos individuais, incluindo aquele que esteve na base do livro *Portugal a Votos*, incluem questões pedindo ao indivíduo que analisasse a situação económica — que subsume a actuação do governo —, portanto dando indicação da forma como a realidade é percebida pelo indivíduo. O objectivo é explicar como opera o eleitorado e o que subjaz ao comportamento de voto, e aí as percepções são a chave.

Além disso, Aguiar refere sucessivas vezes que o eleitorado não capta a realidade da política. Embora seja certo que o eleitorado não sabe o valor do PIB, nem o do desemprego, nem o da inflação, nem as reais capacidades de governação deste ou daquele governo, existe congruência entre oscilações-chave que ocorrem na economia e a percepção do eleitorado sobre essa variação⁹. Finalmente, nada impede que nos modelos testados sejam utilizados indicadores objectivos existentes, seja de desemprego, ou inflação, ou

⁹ D. Sanders (2000), «The real economy and the perceived economy in popularity functions: how much do the voters need to know? A study of British data, 1974-97», in *Electoral Studies*, 19 (2/3), p. 291.

outros que procuram captar o contexto económico, social e político em que as decisões de voto são tomadas. E isso de facto ocorre muitas vezes¹⁰.

A estas limitações avançadas por Joaquim Aguiar, que me parecem pouco relevantes, porque se centram no carácter subjectivo dos inquiridos, podemos avançar com outras que Aguiar não menciona e que, no entanto, são cruciais. Em primeiro lugar, a dificuldade de formular perguntas claras e ideologicamente neutras que convidem o inquirido a revelar as suas preferências; em segundo lugar, os obstáculos, grandes, que existem na obtenção de uma amostra que seja verdadeiramente representativa da sociedade. Este tema é vastíssimo¹¹ e envolve muitas escolhas difíceis: (1) a forma como se recolhe a amostra, se aleatória, se por quotas; (2) o meio de realização do inquirido, isto é, se vai ser realizado por telefone ou presencialmente (tendo em conta o número de pessoas sem telefone fixo, os inquiridos por telefone tornam-se porventura menos abrangentes); (3) a dimensão do questionário, bem como a sua complexidade (o desejo de conhecer o indivíduo plenamente tem de ser conciliado com a noção de que um questionário demasiado longo e complexo poderá desencorajar a adesão de uma parte significativa da população); (4) o próprio tema, a política, poderá levar à recusa da participação por parte de grupos sociais relativamente alienados em relação ao processo político; (5) perguntas incómodas sobre temas polarizantes podem gerar uma «espiral do silêncio», tema cunhado por Noelle-Neumann¹² para explicar a grande taxa de não-respostas que se encontra em algumas sociedades.

Todas estas escolhas condicionam os inquiridos por amostragem e constituem limitações importantes que têm de ser reconhecidas. No entanto, também é de notar que os métodos e técnicas utilizados e aperfeiçoados pelos investigadores dos estudos eleitorais e utilizados pelo nosso projecto em Portugal parecem ter credibilidade técnica. Se os estudos individuais dos comportamentos eleitorais e das atitudes políticas fossem imprecisos, gerariam dados contraditórios de um inquirido para o seguinte. E isso não acontece.

A ADEQUAÇÃO DOS MODELOS DE COMPORTAMENTO ELEITORAL VS. A SINGULARIDADE DO CASO PORTUGUÊS

A terceira dimensão da rejeição do método de estudos individuais por Joaquim Aguiar centra-se nos modelos que estes estudos utilizam, nomea-

¹⁰ V., por exemplo, nosso artigo, A. Freire e M. C. Lobo, «Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985-2000», in *European Journal of Political Research*, vol. 44, n.º 4, p. 518.

¹¹ V., por exemplo, A. Fink (1995), *How to Sample in Surveys*, Londres, Sage, F. Fowler (2002), *Research Methods*, Londres, Sage, e R. Czaja, *Designing Surveys, a Guide to Decisions and Procedures*, Pine Forge Press.

¹² E. Noelle-Neumann (1995), *La Espiral del Silencio — Opinión Publica Nuestra Piel Social*, Barcelona, Paidós.

damente o modelo sociológico, o sócio-psicológico e o de escolha racional. Aqui Joaquim Aguiar avança três argumentos. O primeiro é que estes modelos estão largamente ultrapassados; o segundo é a questão da crescente irrelevância dos conceitos utilizados por estes modelos, nomeadamente clivagens sociais tradicionais e da identificação partidária para captar as identificações no mundo hoje; o terceiro é que a fraca ancoragem social e política dos portugueses torna esses modelos inúteis em Portugal.

Sem dúvida que o tema da importância do desalinhamento eleitoral é complexo. A forma como se mede o desalinhamento tem muito a ver com o modo como se definem as clivagens hoje, e Aguiar tem razão ao sugerir que esses conceitos, tal como o conceito de posicionamento ideológico e os seus significados, têm de ser trabalhados. Já me parece um pouco prematuro afirmar que os modelos de comportamento eleitoral mais recentes, nomeadamente o sócio-psicológico e o de escolha racional, estão ultrapassados, quer na Europa, quer mesmo em Portugal. O livro *The European Voter*, publicado em 2005, reúne os maiores especialistas em estudos eleitorais na Europa e analisa, com dados longitudinais, as oito democracias que permitem análises de longo prazo¹³. Nesse livro, as conclusões tendem um pouco para a desvalorização de grandes padrões de desalinhamento.

É certo que em Portugal não é esse o caso: os factores de curto prazo, em particular as percepções sobre os líderes, mas também sobre a economia real, são fundamentais. Mas nada disso invalida o modelo, porque este assume posicionamentos ideológicos, que estão relativamente enraizados em Portugal, e contempla factores de curto prazo também. Além disso, o estudo realizado nas legislativas de 2005¹⁴ mostra que a percentagem de eleitores que oscila de um partido para outro ao centro é menor do que aquela que passa do voto para a abstenção.

O CONTEXTO INSTITUCIONAL OU A CONFIGURAÇÃO DA ÉPOCA

A última questão que Aguiar aponta, ainda relacionada com os estudos individuais, diz respeito ao que Norbert Elias chama a «configuração da época» — os contextos políticos e sociais que condicionam os comportamentos e as atitudes dos indivíduos. Esta configuração da época, naturalmente, poderá influenciar os cálculos dos votantes, que não quererão, por exemplo, estar sempre do lado dos perdedores. A configuração da época para Aguiar traduz-se nos seguintes elementos: a alternância de governo, o

¹³ J. Thomassen (2005), *The European Voter*, Oxford, OUP. As democracias incluídas no livro são a Alemanha, a Dinamarca, a Holanda, a Noruega, o Reino Unido e a Suécia.

¹⁴ Projecto «Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses».

sistema bipartidário, o declínio dos pequenos partidos, entre outros. É certo que nem toda a configuração da época pode ser operacionalizada. Desde logo, é bom notar, no entanto, que os estudos individuais integrados em projectos comparados permitem que se tomem em consideração alguns dos traços institucionais fundamentais. Através dos estudos individuais comparados tem sido possível verificar de que forma as instituições, em sentido lato, isto é, desde o sistema de governo ao sistema partidário, passando pelo sistema eleitoral, influenciam as escolhas dos eleitores¹⁵.

Para finalizar, gostaria de comentar duas questões: Aguiar refere a escolha das eleições de 2002 como um equívoco. Estas não terão sido certamente eleições tão importantes como outras que retrospectivamente assim parecem, nomeadamente as de 1987, de 1995, ou mesmo de 2005, por razões diferentes. Mas não penso que tenhamos presumido que assim fosse. O objectivo era dar início à realização de estudos eleitorais em Portugal de cariz pós-eleitoral e poder caracterizar pela primeira vez nessas condições o eleitorado português nas suas atitudes e nos seus comportamentos. Desde então já realizámos mais dois inquéritos que permitem avançar mais um pouco na tal construção do discurso do eleitorado. Já em relação às nossas perplexidades no que respeita às conclusões do livro, certamente poderão derivar em parte da dimensão da equipa que em conjunto o produziu. No entanto, parece-me que existe outra razão fundamental, nomeadamente o facto de se estar a trabalhar sobre dados e tentando adoptar métodos científicos rigorosos num quadro de recursos limitados, tanto temporal como financeiro, que leva a que as conclusões sejam sempre probabilísticas e tendenciais, e não cabais. A profusão de dados que recolhemos, aliada à novidade do inquérito pós-eleitoral, sugere tendências que só poderão ser verificadas com a elaboração de novos inquéritos de painel que permitam reconstruir de forma credível o discurso do eleitorado.

¹⁵ Existem dezenas de livros e artigos que analisam o impacto do contexto institucional sobre o comportamento de voto. Menciono apenas dois a título exemplificativo: J. Curtice (no prelo), «O impacto das avaliações dos líderes no comportamento de voto: qual a importância das regras?», in A. Freire, M. C. Lobo e P. Magalhães «Eleições e Cultura Política: Portugal no Contexto Europeu, Lisboa, ICS, e P. Norris (2004), *Electoral Engineering — Voting Rules and Political Behaviour*, Cambridge, CUP.